

O PARFOR e suas contribuições na formação de professores para a Educação Básica

Raul da Silveira Santos¹

Resumo: O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) foi criado em janeiro de 2009. Através do Decreto 6.755, foi instituída a Política Nacional de Formação dos Professores do Magistério da Educação Básica, tendo a finalidade de organizar a formação desses profissionais. Com isso o MEC através do PARFOR, atendeu o que a LDB – Nº 9.394/96 exige que todos os professores da educação básica sejam formados. O objetivo do trabalho é analisar o PARFOR dentro do contexto de políticas educacionais observando suas contribuições. Nesse sentido, pautaram-se estudos referentes à pesquisa bibliográfica em textos, revistas eletrônicas, livros e sites do governo. Feito isso, as informações foram compiladas. O trabalho apresenta alguns dados estatísticos sobre os benefícios do programa, corrigindo assim, mesmo que parcialmente, um déficit histórico e social de exclusão de cidadãos marginalizados por um sistema extremamente capitalista.

Palavras-chave: PARFOR. Formação de Professores. Política educacional.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem os seguintes objetivos: fazer uma análise sobre o programa intitulado PARFOR, com isso mostrar os benefícios alcançados desde o início de sua implementação com o foco voltado para o estado do Pará. Fomentar a discussão sobre o mesmo para que haja um aprimoramento do programa. Apresentar dados oficiais estatísticos que comprovem os benefícios alcançados através do PARFOR no estado do Pará.

Levando em consideração a importância de políticas públicas voltadas para todos os segmentos de uma sociedade, o presente trabalho suscita a seguinte questão problema. Analisar os benefícios trazidos por esta política intitulada PARFOR. Haja

¹ Graduando do curso de Pedagogia, UFPA/Capanema. E-mail: raulsantos.21@hotmail.com

vista que tem um caráter emergencial em vista da demanda de professores que atuam nas escolas do nosso estado sem a devida qualificação que é exigida por lei. Vale ressaltar que a pesquisa foi feita com um olhar voltado para o estado do Pará. Tendo como objeto de pesquisa professores/alunos.

a) a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica; b) o Programa de Formação de Professores em Exercício/Proformação; c) o Proinfantil; d) a Pró-Licenciatura; e) o Pro-Ifem; f) o Programa Universidade para Todos/PROUNI; g) o Pró-Letramento; h) o Programa Universidade Século XXI; i) o ProDocência; j) a TV Escola; l) o Programa de Apoio à Educação Especial (PROESP); m) a Educação no campo; n) a Educação indígena, entre outros, objetivando combater o fracasso escolar (BRASIL, 2005, p. 38).

Essas são algumas políticas desenvolvidas pelo MEC dentro do cenário educacional brasileiro visando mudanças significativas. O PARFOR está inserido dentro de uma classificação tida como política distributiva. Tendo como principal objetivo de corrigir uma desigualdade que existe no sistema de ensino. Através do PARFOR, os educadores brasileiros podem ter acesso a cursos de formação que abrangem primeira licenciatura, segunda licenciatura e cursos de formação pedagógica (BRASIL, 2009, p. 7).

A necessidade da formação docente já fora preconizada por Comenius, no século XVII, e o primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores teria sido instituído por São João Batista de La Salle em 1684, em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres (Duarte, 1986, p. 65-66). Mas a questão da formação de professores exigiu uma resposta institucional apenas no século XIX, quando, após a Revolução Francesa, foi colocado o problema da instrução popular. “É daí que deriva o processo de criação de Escolas Normais como instituições encarregadas de preparar professores” (SAVIANI, 2009, p. 143).

Com isso podemos chegar a seguinte conclusão, que a formação de docentes sempre foi tida como necessária, e como durante muito tempo a educação esteve restrita a elite,

apenas pós Revolução Francesa começa a ocorrer o ensino a população, logo, faz-se necessário mais professores.

MATERIAL E METODOLOGIA

Para a construção do trabalho foram usados os seguintes materiais: computadores, livros, internet, dicionário, pen drive etc. O universo que aqui iremos abordar está relacionado ao PARFOR. O mesmo foi criado em janeiro de 2009. Com isso o MEC através do PARFOR, atendeu o que a LDB – Nº 9.394/96 exige que todos os professores da educação básica sejam formados.

O trabalho foi desenvolvido através de pesquisas feitas em sites, revistas eletrônicas, livros e textos, ou seja, numa abordagem qualitativa e quantitativa da pesquisa. Nesse sentido, foram catalogadas diversas publicações sobre o PARFOR, inclusive trabalho de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Ainda, foram feitas consultas nos sites oficiais do Governo Federal e Estadual no que concerne ao PARFOR. Em seguida, foram realizadas leituras e compiladas para referenciar políticas públicas de educação. Posteriormente, os dados foram apresentados no decorrer do presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entendemos que o tema desta pesquisa tem uma ampla relevância no âmbito das políticas públicas de governo. Percebemos grandes e constantes desafios no campo da educação, mas nosso trabalho é voltado para a formação e/ou qualificação dos professores feita pelo programa intitulado PARFOR, para professores em exercício no ensino fundamental e no ensino médio, e a resposta das instituições públicas de ensino superior à demanda do Ministério da Educação (MEC).

Segundo Gatti (2008), tudo que possa oferecer oportunidade de conhecimento, reflexão, debates e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer nível é considerado formação continuada. Logo, podemos afirmar que essa perspectiva engloba trocas

diárias dentro do cotidiano escolar, como por exemplo, congressos, seminários, reuniões escolares, participação na gestão escolar e etc.

O programa de governo PARFOR é coordenado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, em uma parceria com as secretarias de Educação dos estados, Distrito Federal e municípios e as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), como evidencia o parágrafo 1º do artigo 1º:

§ 1º - As ações do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica serão definidas em Acordos de Cooperação Técnica específica celebrada pelo MEC, por intermédio da CAPES, e as Secretarias de Educação dos Estados, objetivando a mútua cooperação técnico-operacional entre as partes, para organizar e promover a formação de professores das redes públicas de educação básica.

No ano de 2004, tivemos o 1º Seminário Nacional de Programas Especiais de Formação de Professores em exercício, o evento foi realizado em Campinas – SP, na UNICAMP. No seminário foram debatidos alguns programas de licenciatura dos professores da rede pública, desenvolvidos por estados e municípios em parceria com universidades federais e estaduais, através de convênios. Segundo Barreto (2011, p. 46):

“[...] uma questão que perpassou as discussões do seminário foi a falta de uma política nacional de formação docente capaz de mobilizar as universidades públicas para o engajamento maciço na formação inicial, de modo a superar a fragmentação das iniciativas dedicadas ao preparo profissional de professores em caráter emergencial.”

A autora deixa claro no texto ao enfatizar que muitas das experiências que se desenvolviam à época eram frágeis iniciativas, considerados os objetivos e as metas a que se propunham, permitindo que pudesse ser apontada a contradição entre o discurso adotado e sua implementação (BARRETO, 2011, p.47).

O PARFOR iniciou sua trajetória na Capes, em 2009,

com a oferta de cursos em formação inicial e continuada nas modalidades presencial e a distância, por meio da Plataforma Freire. Podem participar do PARFOR os Estados que firmarem Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Capes e as IES credenciadas no MEC que formalizem adesão ao ACT do estado em que estiverem sediados. No Pará cinco Universidades aderiram ao PARFOR: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade do Estado do Pará (UEPA). Todas de cunho público.

Dados do Educacenso 2007 revelaram que apenas 10% das funções docentes exercidas na Educação Básica no Pará são desempenhadas por professores com formação inicial adequada. Os demais carecem de formação inicial por não serem graduados ou por serem graduados em área diferente de sua atuação. Em resposta a esse quadro, que tem similaridades com a situação nacional, o Ministério da Educação - MEC, em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, apoiado pelo Decreto 6.755/2009, programou o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR.

O programa tem o objetivo de capacitar 40 mil professores no estado do Pará. Prevendo a formação continuada de professores a educação básica. Já foram realizados sete processos seletivos desde o início do programa, com aproximadamente 22 mil professores/alunos para cursar as 27 licenciaturas ofertadas pelas IPES parceiras do processo que já foram citadas acima. Quanto aos dados da demanda por curso, observar a tabela 1 abaixo com as sete licenciaturas onde a procura é maior.

Tabela 1: Curso de formação docente e percentual preenchido na oferta de vagas de ensino superior no PARFOR nos institutos e universidades públicas no Pará

Cursos	Percentual preenchido
Pedagogia	15,46%
Artes	9,97%

Educação Especial	8,25%
Ciências Naturais/ Biológicas	8,19%
Letras – Língua Portuguesa	6,77%
Pedagogia do Campo	5,87%
Matemática	5,62%

Fonte: www.capes.gov.br

Segundo o portal da UFPA, o número de alunos formados pelo PARFOR na instituição apenas, chega a 3.240 em março de 2016. Esses números impressionam não apenas pelo quantitativo, mas também pelo qualitativo. “Já formamos 3.240 docentes da Educação Básica, somos vitoriosos, graças à seriedade, à competência e ao trabalho coletivo”, afirmou a professora Josenilda Maués, coordenadora adjunta do PARFOR UFPA.

CONCLUSÃO

Ao tratarmos sobre políticas públicas, destacamos o PARFOR, onde o mesmo foi criado no ano de 2009. Buscamos fazer uma análise e com isso trazer dados estatísticos, como por exemplo, a tabela que apresentamos referente à demanda dos cursos, e assim comprovar alguns benefícios, logo, fomentar a discussão para que haja um aperfeiçoamento do programa aqui discutido. Para que tenhamos políticas públicas de qualidade.

Ressaltamos a importância acadêmica do trabalho, tendo em vista a vasta literatura já produzida, dando a entender que há um grande interesse pela temática. E este trabalho, assim como os outros, busca contribuir com o universo acadêmico.

A questão foi discutida dentro de um contexto ao qual o programa está situado, contexto este de uma política de cunho compensatório, trazendo benefícios para a conjectura da educação em nosso país. Não podemos de ressaltar que o programa necessita de ajustes para que os benefícios sejam alcançados de forma mais satisfatória.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Políticas e práticas de formação de professores da educação básica no Brasil: um panorama inicial. **Revista Brasileira de Política e Administração**, Brasília, v. 27, n. 1, jan./abr. 2011.

BRASIL. Lei n. 11.502, de 11 de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de que trata a lei n. 8.405, de 9 de janeiro de 1992. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jul. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica** - PARFOR. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/livro.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

EDUCACENSO. Disponível em: <<http://www6.seduc.pa.gov.br/planodeformacao/>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

GATTI, Bernadete Angelina. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37, p. 57-70, jan./abr. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>> Acesso em: mar. 2016.

PORTAL DA UFPA. Disponível em: <<https://www.portal.ufpa.br>> . Acesso em: 2 abr. 2016.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ.**, v.14, n. 40, p.143-155, abr. 2009.